

Projudi - Processo Eletrônico do Judiciário do Roraima

Início Ações 1º Grau Ações 2º Grau Parecer Citações Intimações Audiências Sessões 2º Grau Buscas Estatísticas Outros

Operação realizada com sucesso. Protocolo: 3269952420211029103557

Processo 0800821-64.2020.8.23.0030 ☆ - (407 dia(s) em tramitação)

Classe Processual: 7 - Procedimento Ordinário
Assunto Principal: 9597 - Seguro
Nível de Sigilo: Público
Selos:

Informações Gerais

Informações Adicionais

Partes

Movimentações

Apensamentos (0)

Vínculos (0)

Realces

Realçar Movimentos de:

☐ Magistrado

☐ Servidor

☐ Advogado

☐ Membro MP

☐ Defensor

☐ Procurador

☐ Outros

☐ Audiência

Ocultar Movimentos:

☐ Inválidos

☐ Sem Arquivo

☐ Hab. Provisória

Filtros

Movimentado Por:

☐ Advogado

☐ Advogado NPJ

☐ Entidades Remessa

☐ Magistrado

☐ Procurador

☐ Servidor

Sequencial(Intervalo):

ao

Data do Movimento(Período):

à

Descrição:

60 registro(s) encontrado(s), exibindo de 1 até 60

500 por pág.

1

Seq.	Data	Evento	Movimentado Por
<div><div></div></div>	60	29/10/2021 10:35:57	JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE
			Cumprimento de intimação - Referente ao evento DETERMINAÇÃO DE DILIGÊNCIAS (18/10/2021)
<div><div>60.1 Arquivo: Petição</div><div>Ass.: JOAO ALVES BARBOSA FILHO</div><div>2753743IMPUGNACAOAOLAUDOPERICIAL01.pdf</div><div>Público</div></div>			
	59	22/10/2021 22:15:04	LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA
			(Pelo advogado/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A) em 22/10/2021 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 56) DETERMINAÇÃO DE DILIGÊNCIAS (18/10/2021) e ao evento de expedição seq. 57.
	58	19/10/2021 08:31:35	EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO
			Para advogados/curador/defensor de SILMARA CORREA DE SOUZA com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento (seq. 56) DETERMINAÇÃO DE DILIGÊNCIAS (18/10/2021)
	57	19/10/2021 08:31:35	EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO
			Para advogados/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento (seq. 56) DETERMINAÇÃO DE DILIGÊNCIAS (18/10/2021)
<div><div></div></div>	56	18/10/2021 13:33:49	DETERMINAÇÃO DE DILIGÊNCIAS
	55	15/10/2021 11:35:58	CONCLUSOS PARA DECISÃO
			Responsável: ERASMO HALLYSSON SOUZA DE CAMPOS
<div><div></div></div>	54	15/10/2021 11:35:43	JUNTADA DE LAUDO
	53	02/10/2021 00:02:57	LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA
			(Pelo Perito VITOR PARACAT SANTIAGO(Leitura automática em 01/10/2021 às 23:59)) em 01/10/2021 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 45) HABILITAÇÃO PROVISÓRIA (16/08/2021) e ao evento de expedição seq. 52.
	52	21/09/2021 11:02:00	EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO
			Para Perito VITOR PARACAT SANTIAGO com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento HABILITAÇÃO PROVISÓRIA (16/08/2021)
	51	21/09/2021 00:06:58	DECORRIDO PRAZO DE SILMARA CORREA DE SOUZA
			(P/ advgs. de SILMARA CORREA DE SOUZA *Referente ao evento (seq. 45) HABILITAÇÃO PROVISÓRIA (16/08/2021) e ao evento de expedição seq. 47.
	50	21/09/2021 00:06:58	DECORRIDO PRAZO DE SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
			(P/ advgs. de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A *Referente ao evento (seq. 45) HABILITAÇÃO PROVISÓRIA (16/08/2021) e ao evento de expedição seq. 46.
	49	27/08/2021 00:01:36	LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA
			(Pelo advogado/curador/defensor de SILMARA CORREA DE SOUZA) em 26/08/2021 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 45) HABILITAÇÃO PROVISÓRIA (16/08/2021) e ao evento de expedição seq. 47.
LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA			



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE MUCAJAI/RR

Processo n.º 08008216420208230030

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **SILMARA CORREA DE SOUZA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

DO LAUDO PERICIAL

Trata-se de caso em que o Autor alega ser vítima de acidente automobilístico, resultando em invalidez permanente.

Nesse sentido, foi nomeado perito por esse d. juízo, e posteriormente as partes intimadas a apresentaram quesitos, a fim de se verificar qual o grau da suposta Invalidez da parte autora.

Sendo assim, na hipótese de condenação, o valor indenizatório deverá respeitar a tabela inserida na Lei 11.945/09, devendo ainda ser observado o pagamento administrativo realizado na monta de R\$ 2.362,50 (dois mil e trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos).

DA LESÃO APURADA NO FEMUR DIREITO

Inicialmente, cumpre informar que a lesão indicada no laudo pericial – FEMUR DIREITO - não se encontra enquadrada nos termos previstos na tabela prevista em lei.

De todo modo, não é crível que com os avanços da medicina, os tratamentos realizados na parte autora serviram para agravar a doença e não oportunizaram uma melhora ou, no mínimo, a manutenção da lesão apurada na esfera administrativa.

É certo que o julgador não está adstrito à conclusão contida no laudo pericial, mas a simples leitura do mesmo demonstra que a r. Perito não buscou comprovar o suposto agravamento da lesão, somente limitando-se a responder os quesitos apresentados de maneira simplista e sem qualquer fundamentação.

Pelo exposto, a parte ré impugna o laudo pericial produzido, requerendo que seja afastada a conclusão pericial, devendo ser levado em consideração o conjunto fático-probatório dos autos, sobretudo os documentos médicos acostados na exordial, que demonstram a ausência de agravamento da lesão capaz de gerar complementação indenizatória, sendo os pedidos autorais julgados improcedentes.

DA LESÃO APURADA NO 5º METATARSO DO PÉ ESQUERDO

A Lei que regula a indenização pleiteada pela parte Autoral é a Lei n.º 6.194/74, a qual determina que deve existir nexo de causalidade e efeito entre a invalidez e o acidente noticiado.

Em que pese à parte autora ter juntado aos autos documentos médicos e uma comunicação policial unilateral, não há elementos capazes de comprovar **que a lesão apresentada no 5º metatarso do pé esquerdo seja em decorrência do acidente de trânsito.**

Constata-se, pela simples leitura dos documentos acostados aos autos, que os mesmos atestam que inexistente nexo causal entre o acidente e a suposta invalidez da vítima no **5º metatarso do pé esquerdo**, não podendo de forma alguma o i. julgador ficar indiferente a estes documentos.

Observe que não constam nos documentos médicos acostados qualquer menção a lesão nos dedos do pé esquerdo do autor.

Como é de sabença não só é necessário, mas obrigatória, a comprovação do nexo entre a ocorrência do dano e o fato gerador do mesmo.

Portanto, no que pese o laudo pericial atestar a existência de invalidez permanente, quantificando-a, o mesmo não se presta a comprovar cabalmente nexo de causalidade entre a lesão no e um acidente automotor. Perceba que toda documentação carreada aos autos, em especial o BOLETIM DE ATENDIMENTO MÉDICO apontam no sentido da ausência de correspondência entre o dano suportado no **5º metatarso do pé esquerdo** e o sinistro de trânsito.

Diante do exposto, não tendo sido cabalmente comprovado o nexo de causalidade entre o suposto acidente automotor e a invalidez constatada, merece ser julgada totalmente improcedente a presente demanda nos termos do art. 487, I do CPC

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

MUCAJAI, 27 de outubro de 2021.

JOÃO BARBOSA
OAB/RR 451-A

DIEGO PAULI
858 - OAB/RR